

O PÓLO MADEIREIRO E SUAS IMPLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DOS CAMPOS DE LAGES, SANTA CATARINA

GUSTAVO CAMINOTO GEISER; ADEMIR ANTONIO CAZELLA.

CCA-UFSC, FLORIANÓPOLIS, SC, BRASIL.

gcgeiser@gmail.com

POSTER

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E RURALIDADE

O pólo madeireiro e suas implicações no desenvolvimento da região dos Campos de Lages, Santa Catarina

Grupo de Pesquisa: Desenvolvimento Territorial e Ruralidade

Resumo

O presente trabalho visa compreender a dinâmica de desenvolvimento do Planalto Serrano catarinense, mais especificamente dos municípios pertencentes à 27ª Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) de Santa Catarina. O foco na região se deu com base na noção de "Território", visto que se mostrou a mais adequada, por considerar, além dos aspectos econômico e demográfico, a construção histórica e a estrutura social como determinantes do padrão de desenvolvimento regional. Considerou-se principalmente a cadeia produtiva da madeira, dado que o conjunto de atividades que a compõe representa a principal fonte econômica dos municípios desta SDR. A região inicialmente se baseava na pecuária, porém a atividade madeireira ganhou importância a partir da década de 1950, tendo se constituído um pólo madeireiro, com diversas serrarias e fábricas de papel e celulose. A partir da década de 1980, com o esgotamento das reservas de madeira nativa, iniciou-se o processo de reflorestamento na região, baseado principalmente em espécies do gênero *Pinus*. Foram estudados em separado os diversos elos da cadeia produtiva, tanto o reflorestamento, quanto serrarias e indústrias, visando verificar as contribuições e entraves que cada uma oferece em termos de oferta de empregos, distribuição de renda e novas alternativas de desenvolvimento do território em questão.

Palavras-chaves: desenvolvimento econômico, território, cadeia produtiva da madeira, indústria de papel e celulose, Sistema Produtivo Local.

Abstract

The present work intends to understand the development dynamics of the Planalto Serrano in Santa Catarina, specifically of the towns belonging to the 27a. Secretaria de Desenvolvimento Regional of Santa Catarina. The focus on this area was based on the conception of *Territory*, which suited best for considering, not only economic and demographic aspects, but the historical construction and social structure as key factors related to the existence of a specific development pattern. The study focused on the wood productive chain since this set of activities is the main local source of wealth and determines the current economic dynamics of these towns. The area originally based itself on cattle breeding, but the wood activity became important since the 1950s, becoming the main local economic activity and forming the current wood processing center, with many sawmills and paper and cellulose industries. After the 1980s, with the exhaustion of the native wood reserves, the reforestation process begun in the area, based specially in species of the genus *Pinus*. The various links of this productive chain were studied separately, including reforestation, sawmills and industries, in order to verify the contributions and obstacles that each offers to the territory, in terms of employment, wealth distribution and other ways of promoting the development of such territory.

Key Words: economic development, territory, wood productive chain, paper and cellulose industry, Local Productive System.

1. DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E AO ENFOQUE TERRITORIAL

Este artigo procura compreender os fatores ligados à dinâmica de desenvolvimento do planalto serrano de Santa Catarina e, mais especificamente, da região da 27ª Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR), do governo do estado de Santa Catarina¹. A escolha dessa região se deve à sua relativa homogeneidade histórica, econômica e cultural e pelo fato de conter boa parte dos municípios mais pobres do estado de Santa Catarina.

Em termos específicos, pretende-se analisar a dinâmica promovida pela atividade madeireira nessa região e seus reflexos para a promoção do seu desenvolvimento, pois as atividades ligadas à exploração madeireira, desde o reflorestamento às indústrias processadoras, têm grande representatividade dentre as fontes de recursos econômicos da região. As atividades ligadas ao que, doravante, denominamos como pertencentes à “cadeia produtiva da madeira” ou ao “pólo madeireiro” são essenciais para a economia regional.

O desenvolvimento econômico, segundo a visão neoclássica, pode ser entendido como a expansão das possibilidades de consumo para uma determinada população devido ao aumento da riqueza. Para os adeptos da economia neoclássica, o crescimento econômico é o fator inicial que leva às demais melhorias almejadas pela população, sendo o objeto a ser buscado como forma de se atingirem as melhorias desejadas.

Outros autores, como Putnam (1996) e Sen (2000) colocam que o aspecto econômico não necessariamente é o principal fator de desenvolvimento. O nível de desenvolvimento e a forma como esse se dá em uma dada localidade estão intimamente relacionados com aspectos sociais, culturais e históricos da região. Sen (2000) apresenta diversos exemplos de como o aumento da renda média pode não significar a superação de dificuldades intimamente ligadas ao desenvolvimento. A definição de desenvolvimento de Sen é fundamental para o

¹ Em janeiro de 2003, o Governo do Estado de Santa Catarina aprovou o Projeto de Lei Complementar nº 243, que estabeleceu uma nova estrutura administrativa do Poder Executivo Estadual. Dessa forma, foram criadas trinta SDR. No caso aqui estudado, os seguintes municípios pertencem à 27ª SDR: Lages, Otacílio Costa, Correia Pinto, Painel, Palmeira, Campo Belo do Sul, Cerro Negro, Capão Alto, São José do Cerrito, Bocaina do Sul e Anita Garibaldi.

entendimento da problemática dos países pobres. Esse autor define desenvolvimento basicamente como o aumento da capacidade dos indivíduos a fazerem escolhas.

Um aspecto central dessa forma diferente de abordar o desenvolvimento consiste em perceber que uma maior acumulação de recursos e de progresso técnico precisa estar alicerçada numa complexa rede de modificações sociais, que não necessariamente surgem com o crescimento econômico. Furtado (2000) coloca a estrutura social como fator essencial para propiciar o desenvolvimento, já que apenas a acumulação de bens de produção não permite, a partir de certo ponto, que ocorram novos aumentos na produção. Além disso, a inovação tecnológica e outras modificações na estrutura produtiva são fatores chaves à promoção do desenvolvimento.

1.1 Empreendedorismo e Desenvolvimento

Outro conceito essencial para a compreensão do fenômeno do desenvolvimento é a "Teoria do Desenvolvimento Econômico" de Schumpeter (1988), baseada no empreendedorismo. Schumpeter coloca que o empreendedorismo, ou seja, a iniciativa de se arriscar tentando um novo arranjo para os fatores produtivos, é a única forma de se alterar o ciclo econômico (além dos fatos não econômicos, como guerras ou catástrofes naturais), gerando arranjos mais produtivos, que possibilitam uma maior produção de bens e o conseqüente aumento do padrão de vida, quando comparado à acumulação de capital decorrente do arranjo econômico pré-existente. A figura do empreendedor, ou seja, o ator social que busca implantar um novo arranjo produtivo, é quem promove essa mudança e, em última instância, quem gera desenvolvimento.

Empreender para Schumpeter não significa, necessariamente, a abertura de um novo estabelecimento produtivo. A simples mudança de uma etapa de um sistema produtivo qualquer, que gere uma diminuição nos custos (por exemplo, a utilização de uma fonte mais eficiente de energia), constitui um empreendimento. Nesse caso, o produto final é vendido pelo mesmo preço, porém com um custo menor, e esse diferencial é o lucro do empreendedor, valor não retirado de outra etapa do processo produtivo como um todo, mas acrescentado à economia, gerando o excedente que resulta no desenvolvimento econômico.

Um ponto central da teoria de Schumpeter consiste no fato de que os atores, no fluxo circular, se guiam por experiências passadas. A história, incluindo os fatos não econômicos, determina a forma de emprego dos recursos hoje. Se, na história de uma determinada sociedade, fosse comum que as pessoas procurassem inovar, se das inovações resultassem melhorias e recompensas aos empreendedores (na forma de lucro), essa sociedade teria uma tendência inerente ao empreendedorismo. Se, ao contrário, uma sociedade tivesse um passado de baixo empreendedorismo, por motivos que podem vir desde a baixa produtividade agrícola, dificuldade de obtenção de recursos naturais produtivos, até um regime político que coibisse a inovação ou limitasse o lucro, é de se esperar que esse povo tenha mais dificuldade de alterar o arranjo produtivo dos recursos que tem à sua disposição no presente. Ou seja, esse povo teria maior dificuldade em otimizar seu potencial produtivo, portanto menor potencial de desenvolvimento.

1.2 O Território como Célula do Desenvolvimento

Os estudos acerca da Terceira Itália demonstram que a construção histórica, iniciativas na esfera social e valores culturais determinam a forma como se dará o desenvolvimento futuro de cada região. Esses valores culturais podem catalisar ou retardar o processo de desenvolvimento, tanto social como econômico (PUTNAM, 1996, BAGNASCO, 1998).

Para Bagnasco (1998), os diversos níveis de desenvolvimento atingidos pelas regiões italianas e, mais nitidamente, diferentes modelos de desenvolvimento, estavam estreitamente relacionados com as variações histórico-culturais e as estruturas sociais e institucionais próprias de cada região. Notadamente, a região centro-norte da Itália se destacou pela industrialização difusa, caracterizada por redes de pequenas indústrias especializadas em determinada etapa de um produto específico localizadas nas pequenas cidades rurais e seu entorno, fora dos grandes centros urbanos.

Esses estudos mostraram também que o desenvolvimento se baseia em características bastante específicas de cada região, não podendo ser observado e corretamente compreendido sem se conhecer as particularidades regionais que viabilizaram aquele modelo. Assim, emerge a idéia de "desenvolvimento territorial", onde o objeto não é mais um determinado setor produtivo e sim o território onde ele está inserido, com todas as suas características físicas, sociais e culturais.

Uma das definições mais utilizadas para o termo "território", dentro do contexto do desenvolvimento, é aquela sintetizada por Abramovay (2000, p. 6), que o define por "*uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico*". O território é, portanto, mais que uma delimitação de espaço, um acumulado de relações histórico-culturais que lhe determinam uma identidade e, com isso, o impelem a uma dinâmica própria e única.

Vários autores apontam pistas de possíveis fatores envolvidos no desenvolvimento territorial. Para Veiga (2001), ao pensar o desenvolvimento nas zonas rurais, o dinamismo da economia de uma região está bastante ligado à diversidade de atividades do meio rural. Quanto mais diversificada a economia de uma dada região, mais potencialidade de desenvolvimento ela tem.

Os estudos dos processos de industrialização difusa conduziram à formulação da noção de Sistema Produtivo Local (SPL) que, por sua vez, se aproxima do conceito de *cluster*, utilizado na literatura que trata da economia e administração de empresas. Um *cluster*, conforme utilizado pela primeira vez por Porter (1990), consiste em concentrações geográficas de empresas com o propósito de usufruir de externalidades positivas decorrentes da proximidade física. Os trabalhos sobre os SPL consideram, também, as relações sociais e as características históricas e culturais como determinantes.

A organização da produção em SPL gera um ambiente de maior criatividade e possibilidade de surgirem inovações. A existência de diversas pequenas firmas que, ao mesmo tempo, colaboram e competem entre si, em um ambiente onde a informação é livre, propiciam o chamado "ambiente inovador". Como foi dito anteriormente, esse ambiente é o verdadeiro promotor do desenvolvimento econômico, já que possibilita o aumento da eficiência por mudanças no processo produtivo, tornando-o cada vez mais eficiente e competitivo. Para Putnam (1996), as regiões onde existe esse espírito de cooperação e inovação são aquelas que detêm um maior estoque de "capital social". A existência, em maior grau, de confiança mútua e de relações de reciprocidade entre as pessoas possibilita uma maior colaboração e diminuição dos custos de transações, visto que o risco do não cumprimento de acordos é menor.

Outro enfoque teórico útil ao entendimento do setor madeireiro é o de "cadeia produtiva", construído a partir do conceito norte-americano de "agronegócio" e dos modelos franceses de *filière* e de sistemas agroalimentares. Essas idéias surgiram como ferramentas para melhor compreender a dinâmica de uma determinada atividade econômica, propondo uma visão sistêmica, de forma a considerar que é necessário conhecer as relações com cada

estrutura produtiva de bens ou serviços com a qual esta atividade se relaciona para então poder avaliar o grau de eficiência do conjunto e propor otimizações. Conforme Batalha e Silva (2001), não existe ainda uma definição precisa plenamente aceita sobre a cadeia de produção. Segundo Morvan (1988), apud Batalha & Silva (2001), pode se caracterizar uma cadeia produtiva, ou cadeia de produção, como *"...uma sucessão de operações de transformação, dissociáveis, capazes de serem separadas e ligadas entre si por um encadeamento técnico; a cadeia de produção é também um conjunto de relações comerciais e financeiras que estabelecem entre todos os estados de transformações, um fluxo de troca situado a montante e a jusante, entre fornecedores e clientes; e a cadeia de produção é um conjunto de ações econômicas que presidem a valoração dos meios de produção e asseguram a articulação das operações."* (MORVAN, 1988 p. 247, apud BATALHA & SILVA, 2001, p. 28)

2. CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA DA REGIÃO DOS CAMPOS DE LAGES

A colonização do estado de Santa Catarina se deu, inicialmente, pelo litoral, com as cidades portuárias de São Francisco do Sul, Desterro (atual Florianópolis), Laguna e outras. As terras mais ao interior, para além da Serra do Mar, eram praticamente inabitadas, com exceção dos povos indígenas que ali viviam, não havendo nenhum interesse em colonizá-las até o século XVIII.

Segundo Guedes (1979), a região dos Campos de Lages começou a ser habitada a partir de 1650, por uns poucos fazendeiros que se aventuravam à região em busca de terras para criar gado. A região de Lages fazia parte do chamado "Certão de Curitiba", área que abrangia grande parte do interior do Paraná e de Santa Catarina e que, como todo o atual estado do Paraná, fazia parte da então província de São Paulo.

Mais tarde, a necessidade de se transportar gado do extremo sul para as regiões mineradoras do sudeste do país, levou ao maior interesse no desbravamento da região, visto que o transporte do gado por terra seria muito mais barato que o marítimo. Lages, fundada em 1766 e elevada à condição de vila em 1771, servia inicialmente como região de passagem e pouso de tropeiros, passando aos poucos a promover também a criação de gado. Com isso, surgiram as vastas fazendas de criação de gado, existentes até os dias de hoje, e, também, a oligarquia rural formada pelos proprietários de terras, que controlava a política e a economia local. A colonização em grandes fazendas influenciou a relação de trabalho entre o fazendeiro proprietário de terras e os peões agregados, além dos pequenos agricultores familiares que subsistiam precariamente nas terras que, na época da demarcação das fazendas, foram consideradas impróprias à pecuária. Apesar de haver extensas áreas de pastagens nativas, a produtividade dessas áreas de campo nativo é até hoje baixa, sendo a capacidade de suporte em média próxima a 0,2 UA/ha².

No seu estudo sobre a formação do trabalhador serrano, Jesus (1991) argumenta que a forma de concessão de terras através de grandes parcelas doadas pelo governo àqueles que tinham prestado serviços relevantes ou simplesmente tinham boas relações políticas, foi o início da formação da atual estrutura fundiária. A relação de dependência quase completa do peão, muitas vezes sequer assalariado, para com o fazendeiro ficou profundamente marcada na estruturação da sociedade serrana.

Esse processo de formação histórica do trabalhador subalterno ao fazendeiro é fundamental quando se analisa, no presente, as condições para o surgimento do empreendedorismo entre esses trabalhadores. É de se esperar que o caboclo serrano encontre

² Uma Unidade Animal (UA) corresponde a um animal de 450kg de peso vivo.

maiores dificuldades em empreender, visto sua total dependência para com o patrão, completa imobilidade social e valorização apenas do trabalho braçal em detrimento da criatividade ou da inovação.

Da mesma forma o fazendeiro, acostumado ao sistema de exploração extensiva do gado, sem necessidade de maiores investimentos ou inovações tecnológicas para garantir sua competitividade, está na origem de uma elite extremamente conservadora quanto a investimentos em novas atividades ou mesmo sem a cultura da busca incessante por melhores resultados na atividade principal, característica essencial para gerar uma dinâmica empreendedora que promova o desenvolvimento da região.

2.1 Modificações na Estrutura Econômica – A Exploração de Madeira

A partir dos anos 1950, a região experimentou um grande surto de desenvolvimento através da exploração de madeira, em especial da araucária (*Araucaria angustifolia*), feita principalmente pelos madeireiros, na maioria descendentes de italianos, oriundos do Rio Grande do Sul. Dessa forma, teve início um processo de industrialização da região, o que também causou um rápido aumento da população, com a vinda de migrantes de outras regiões para trabalhar nas serrarias. Essa dinâmica teve início nos anos 30, mas conheceu seu auge nos anos 50 e 60, com a abertura de boas vias de escoamento do produto por ferrovias e rodovias pavimentadas (GOULARTI FILHO, 2002).

Segundo Goularti Filho (2002), inicialmente, a exploração de madeira foi mais intensa no oeste catarinense, com a vinda dos colonos gaúchos, que já trabalhavam no ramo madeireiro, em busca de novas reservas naturais. A partir dos anos 40, com o esgotamento das reservas de araucárias das outras regiões, o Planalto Serrano passou a ter um grande fluxo de migrantes, tanto do oeste catarinense quanto do Rio Grande do Sul, em busca de novas reservas de araucária. Estes migrantes traziam equipamento e conhecimento na exploração de madeira, iniciando assim a formação do pólo madeireiro dos Campos de Lages.

Na década de 1980, a madeira nativa foi tornando-se escassa e muitas das serrarias foram desativadas, causando aumento no desemprego da região. Alguns municípios da região chegaram a abrigar mais de cem serrarias na década de 1960, reduzindo para menos de uma dezena nos anos 1990 (JESUS, 1991). Praticamente todos os empresários do ramo da madeira eram extrativistas, não se importando com a reposição do estoque de madeira explorado e simplesmente migrando para outra área quando as reservas se esgotavam. Esse processo continua ocorrendo no Brasil e muitas das serrarias hoje instaladas no Mato Grosso, Pará e Amazonas são as mesmas empresas que antes exploravam a madeira do sul do Brasil (GOULARTI FILHO, 2002).

O plantio de *pinus* na região serrana iniciou-se na década de 1960, incentivada pela empresa de papel e celulose Olinkraft, com a percepção do iminente esgotamento das reservas nativas de araucária. Devido à insuficiência na área reflorestada com *pinus* para suprir a futura demanda, observou-se a partir do fim da década de 1970 uma grande crise econômica na região serrana, causada pela falta de matéria-prima. Isso ocorreu devido ao tempo necessário para que as florestas plantadas de *Pinus* atinjam o ponto de corte adequado para as serrarias (15 a 20 anos).

Como podemos perceber na Tabela 1, a seguir, boa parte das empresas acabou por fechar as portas no período de escassez de madeira. A atividade somente voltou a ganhar forças na região a partir do final da década de 1980, com a entrada no mercado de um maior volume de toras oriundas dos reflorestamentos iniciados na década de 1970. Com isso, o setor ganhou novo impulso e hoje possui um maior número de indústrias madeireiras que na década de 1950.

Tabela 1 – Número de Indústrias Madeireiras em Lages, no período de 1954 a 2002, por atividade produtiva

Atividade Produtiva	Número de Empresas em 1954	Número de Empresas em 1980	Número de Empresas em 2002
Serrarias	157	64	179
Fábricas de Móveis	6	34	91
Fábricas de Caixas	1	10	12
Fábricas de Laminados	2	4	2
Fábricas de Compensados	3	4	(*)
Fábricas de Pasta Mecânica	3	3	3
Fábricas de Artefatos de Madeira			34
Fábricas de Esquadrias			6
Casas Pré-Fabricadas			1
Total	172	119	328

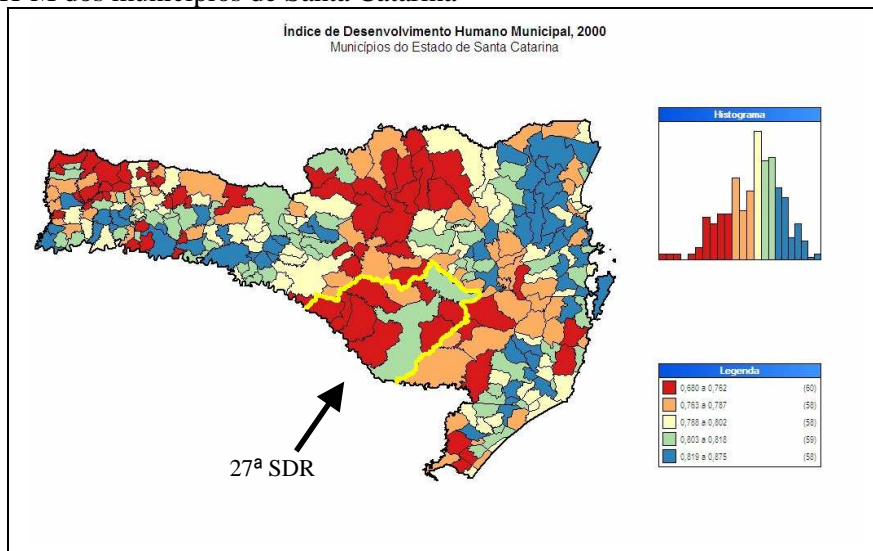
Fonte: HOFF & SIMIONI (2005)

* - Dado não disponível

2.2 Indicadores Socioeconômicos

Neste tópico vamos apresentar de forma resumida alguns indicadores socioeconômicos da região, a saber: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), grau de empreendedorismo e estrutura fundiária. Como já foi dito, a região caracteriza-se por um índice relativamente baixo de desenvolvimento. Dos onze municípios da região, cinco estão entre os 15 piores IDH-M do estado. Apenas Lages e Otacílio Costa, respectivamente com IDH-M de 0,813 e 0,804, estão entre os considerados “altos” segundo os critérios do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). É verdade que o estado de Santa Catarina, em comparação com o restante do Brasil, tem um excelente Índice de Desenvolvimento Humano, perdendo apenas para o Distrito Federal, e que o município menos desenvolvido da região aqui estudada - Cerro Negro (IDH-M 0,686) - está em melhor situação que 42% dos municípios do país. Dessa forma, o que chama a atenção não é o baixo índice de desenvolvimento da maioria dos municípios, mas a desigualdade da sua distribuição regional. A Figura 1, a seguir, destaca a região e os IDH-M dos municípios que a compõem.

Figura 1 – IDH-M dos municípios de Santa Catarina³



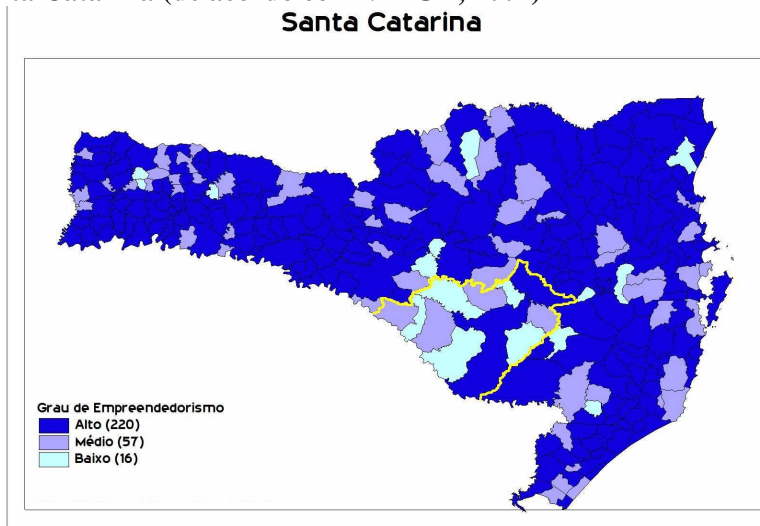
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (IBGE, 2000)

O trabalho de Veiga (2002) procura entender os motivos que promovem o desenvolvimento territorial, principalmente das regiões consideradas “rurais” do país. Com enfoque nessas regiões, esse autor considera que a diversidade de atividades realizadas em um dado território é determinante do grau de desenvolvimento que esse território possui. A exemplo de Schumpeter, Veiga considera que o empreendedorismo tem que se dar de forma diversificada e distribuída no território para que ocorra o desenvolvimento desejado. Para comparar os fatores que possam estar correlacionados com o empreendedorismo, esse autor propõe o chamado “Índice de Empreendedorismo”, calculado pela relação entre o número de habitantes no município e o número de empresas. A proposta inicial é que este cálculo considere apenas as Micro e Pequenas Empresas, porém o autor também utiliza para esse cálculo os dados do IBGE, que consideram todas as empresas legalmente instaladas, por município.

Quando comparado o Índice de Empreendedorismo com outros índices como o IDH-M, percebe-se uma forte correlação, mostrando que o desenvolvimento aparenta ter estreita relação com o empreendedorismo de uma região (GEISER, 2006). A Figura 2, a seguir, mostra a distribuição espacial do Índice de Empreendedorismo em Santa Catarina, de acordo com a classificação proposta por Veiga (2002).

³ A região delimitada corresponde aos municípios da 27ª SDR.

Figura 2 – Índice de Empreendedorismo (população/nº de empresas) dos municípios de Santa Catarina (de acordo com VEIGA, 2002)⁴



Fonte: GEISER (2006)

O estado de Santa Catarina, também, se destaca em relação ao restante do país por ter a mais equitativa distribuição de terras. As características da colonização tardia, visando apenas à ocupação do território e não tendo como princípio a produção agrícola agroexportadora, imprimiu nesse estado uma estrutura fundiária baseada de forma predominante em pequenos estabelecimentos rurais, geridos por imigrantes de origem européia. Assim, a colonização do interior por imigrantes - principalmente alemães e italianos, além de descendentes de imigrantes europeus vindos do Rio Grande do Sul - e do litoral por açorianos, gerou na maior parte do estado a estrutura de pequenas propriedades que muitos consideram como fator essencial ao sucesso do “modelo catarinense” de desenvolvimento (RAUD, 1999).

Porém, não se pode dizer o mesmo do Planalto Serrano. Devido à sua construção histórica diferente da lógica de colonização do restante do estado, a região contém, juntamente com um também expressivo número de pequenas propriedades, grande número de latifúndios. Segundo o Censo Agropecuário de 1995/1996 (IBGE, 1996), a região dos Campos de Lages (27ª. e 28ª. SDR) apresenta 25% dos estabelecimentos rurais de Santa Catarina (39 de um total de 156) com área de 2000 hectares ou mais.

Como mostra a Tabela 2, a seguir, todos os municípios da região apresentam um expressivo número de pequenos estabelecimentos rurais, com destaque para São José do Cerrito e Campo Belo do Sul, além de Lages, que por sua grande área total concentra também a maioria das pequenas propriedades da região. Historicamente, essas pequenas propriedades estavam situadas nas áreas de mata, impróprias para a pecuária no século passado, porém com solos de melhor potencial agrícola para os dias de hoje.

⁴ - A região delimitada corresponde aos municípios da 27ª SDR

Tabela 2 – Área dos estabelecimentos rurais, por faixa de área, nos municípios da 27^a. SDR⁵

	Menos de 10 ha	10 a menos de 100 ha	100 a menos de 500 há	500 ha ou mais	TOTAL
Anita Garibaldi	2.252	27.847	17.081	4.937	52.117
C. Belo do Sul	1.322	24.195	34.845	38.377	98.739
Cerro Negro	2.809	12.357	10.215	9.266	34.647
Correia Pinto	1.095	16.525	22.360	17.922	57.902
Lages	2.653	62.130	138.746	249.642	453.171
Otacílio Costa	726	13.391	26.762	66.034	106.913
S. J. do Cerrito	4.071	36.780	25.459	9.459	75.769
27^aSDR	14.928	193.225	275.468	395.637	879.258

Fonte: SC AGRO 2000, dados referentes ao Censo Agropecuário 1995/1996

Outra característica marcante da região, também relacionada à construção histórica da estrutura fundiária, é a precariedade da posse da terra. Como se pode observar na Tabela 3, a seguir, a região concentra uma proporção de agricultores não-proprietários (parceiros, arrendatários e ocupantes) muito maior que a média do estado, especialmente nos municípios mais desfavorecidos, o que evidencia a dificuldade por parte dos agricultores de baixa renda de ter acesso à propriedade da terra.

Tabela 3 – Número e percentual de estabelecimentos rurais geridos por agricultores proprietários e não-proprietários na 27^a SDR

Municípios	Total	Proprietários		Não-proprietários	
		Nº	%	Nº	%
Cerro Negro	1025	745	72,5	280	27,5
S.J. do Cerrito	2042	1492	73	550	27
C. Belo do Sul	1195	884	74	311	26
Anita Garibaldi	1435	1089	76	346	24
Correia Pinto	772	655	85	117	15
Lages	3123	2717	87	406	13
Otacílio Costa	678	602	89	76	11
27^a SDR	10.270	8.184	79,7	2086	20,3
Santa Catarina	203.347	171.498	84,5	31.849	15,5

Fonte: Censo Agropecuário de 1995/1996 (IBGE, 1996)

Os casos dos municípios de Cerro Negro e Campo Belo do Sul, respectivamente, com o segundo e terceiro pior IDH-M do estado, apresentam um alto índice de precariedade da posse da terra, com mais de 25% de agricultores não-proprietários. A média regional de 20,3% de agricultores não-proprietários, contra 15,5% da média catarinense leva a crer que nessa zona ocorre uma maior dificuldade na gestão de investimentos de longo prazo e no financiamento público das atividades agrícolas nos estabelecimentos de agricultores não-proprietários, dificultando a promoção do desenvolvimento da região.

⁵ Os demais municípios da SDR de Lages não aparecem na tabela por não estarem emancipados na data da elaboração do Censo Agropecuário. A única distorção do total é devida ao fato de Anita Garibaldi ainda contar com a área referente ao atual município de Celso Ramos, não pertencente à 27^a SDR.

3. O SETOR DE BASE FLORESTAL – Contribuições e entraves para uma dinâmica de Desenvolvimento Territorial

Goularti Filho (2002) analisa a formação econômica do estado de Santa Catarina dividindo-o em regiões, cada uma delas com uma especialização produtiva. A região serrana comporta, segundo o autor, duas atividades econômicas principais, a indústria madeireira (serrarias e fabricação de produtos de madeira) e a de papel e celulose, ambas tendo como matéria-prima inicial a madeira. Posteriormente, analisando especificamente as atividades ligadas à madeira na região de Lages, Hoff e Simioni (2005) consideraram os dois tipos de indústrias transformadoras da madeira como “setor de base florestal”, reunindo-os em uma mesma cadeia produtiva, conforme definição de Batalha e Silva (2006). Esses dois tipos de indústrias são interdependentes quanto à matéria prima, dado que um plantio de *pinus* produz tanto madeira para celulose (de menor valor e menor tempo para corte), quanto toras para serraria (de maior valor e maior tempo até o corte), configurando assim uma cadeia produtiva baseada na matéria-prima madeira.

Em relação ao potencial da região para a produção de *pinus*, pode-se afirmar que, além do baixo custo das terras e da mão de obra, a região serrana destaca-se pelo clima e solos adequados à cultura, com boa produtividade dos reflorestamentos em áreas pouco adaptadas a outras culturas agrícolas (GEISER, 2006).

Nos últimos anos, a indústria madeireira tem mudado sua estratégia em relação ao fornecimento de matéria-prima. Diversas modalidades de contratos de integração ou arrendamento vêm sendo feitos, transferindo as oportunidades e riscos da produção de madeira para pequenos e grandes proprietários de terra. Dentre os fatores que impulsionaram essa nova modalidade de negócio encontram-se os seguintes: i) o alto preço atingido pela madeira para serraria, dada a expectativa de iminente escassez, e ii) a recente valorização das terras, que dificulta a compra de novas áreas por parte das empresas para o reflorestamento próprio.

Quanto à oferta de empregos pelo cultivo de *pinus*, pode-se dizer que esse tipo de cultura demanda pouca mão-de-obra, além de não garantir um trabalho contínuo no campo, já que, via de regra, a mão-de-obra é contratada como diarista para os serviços necessários. Conforme demonstra a Tabela 4, a seguir, durante todo o ciclo de 21 anos de um plantio de *pinus*, a soma total da mão-de-obra empregada por hectare é de apenas 67 homens-dia. Isso equivale a dizer que é necessário um trabalhador com ocupação contínua para cada 82,7 ha.

Tabela 4 – Ocupação de mão-de-obra na cultura de *pinus*, em homens-dia⁶/hectare por ano

Ano	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21
Cont. Formigas	1																				
Plantio	3																				
Capina Manual	5	3																			
Roçada Manual	2	3																			
Poda				8		8															
Corte+Emp.								2				4			6						22
TOTAL	11	6	0	8	0	8	0	2	0	0	0	4	0	0	6	0	0	0	0	0	22

Fonte: EMBRAPA Florestas, 2000

Como se pode perceber, o cultivo de *pinus* não representa uma importante fonte de empregos no campo. No caso de grandes fazendas de gado que se transformam em reflorestamentos de *pinus*, o impacto não é tão relevante, dado que a criação extensiva de

⁶ Um “homem-dia” equivale à demanda de trabalho para um homem em um dia

gão com baixos níveis de tecnologia também emprega pouca mão-de-obra. Porém, a tendência ao êxodo rural será grande no caso das pequenas propriedades agrícolas que optam pelo reflorestamento, visto que a agricultura familiar demanda muito mais tempo dedicado às atividades agropecuárias e em diversas estações ao longo do ano.

Além disso, a cultura do *pinus* emprega principalmente mão-de-obra braçal não qualificada, pagando assim baixos salários. O lado menos perverso dessa situação é que essa atividade passou a ser uma das poucas alternativas de emprego para milhares de extrabalhadores rurais com pouca ou nenhuma escolaridade, que vivem na periferia das cidades. Porém é negativo por não estimular a qualificação do trabalhador, nem permitir maiores ganhos de salário, já que a atividade eminentemente braçal permite pouca melhoria da produtividade via desenvolvimento tecnológico.

Em relação às indústrias processadoras, como foi destacado na caracterização histórica da região, as primeiras indústrias a se instalarem foram as serrarias, trazidas das áreas de exploração madeireira mais antigas. Só mais tarde ocorreu o surgimento de indústrias de móveis e indústrias que fabricam outros produtos de maior valor agregado, como painéis, portas, ou artefatos de madeira em geral.

A partir da década de 1940 foram fundadas dezenas de pequenas empresas produtoras de papel, papelão e pasta de celulose, principalmente no norte e oeste catarinense. A maioria dessas empresas se originou das pequenas madeireiras locais, visando aproveitar os resíduos de madeira e diversificar a produção. Com o fim da exploração madeireira no oeste e a reestruturação do setor, com diversas aquisições e fusões, a produção de papel e celulose concentrou-se na região serrana, em grandes empresas.

No setor de produção de papel e celulose constata-se a presença de poucas empresas, com altíssimo nível tecnológico e rígido controle do processo. Atualmente são as empresas líderes no país que produzem papel e celulose no Planalto Serrano, e não há espaço para que pequenas empresas ocupem parte do mercado. Portanto, não é possível falar em inter-relações horizontais entre pequenas empresas, nem de sub-contratações e parcerias.

Trata-se de um setor bastante verticalizado, onde a mesma empresa possui praticamente todos os elos da cadeia produtiva, desde fazendas próprias para reflorestamento até a elaboração de produtos como sacos de papel e embalagens de papelão. Esse tipo de indústria emprega em uma mesma planta centenas de funcionários, com tendência de ocorrer uma maior urbanização onde suas unidades se localizam. No Planalto Serrano, pode-se citar os casos dos municípios de Correia Pinto e Otacílio Costa, cujos núcleos urbanos dependem das atividades das empresas de papel e celulose.

Em relação às plantas industriais, a região sempre contou com poucas e grandes fábricas de papel e celulose. A primeira fábrica de papel da região foi a filial da Cia. Fábrica de Papel Itajaí, fundada em 1950 em uma área esparsamente povoada, que hoje é o município de Otacílio Costa. Em 1958, a fábrica foi vendida para a empresa norte-americana Olin e rebatizada de Olinkraft. Com a atração de mão-de-obra para a fábrica, onde antes existiam apenas poucas casas formou-se uma vila de operários que, aos poucos, deu origem a um comércio local. Em 1982, o município de Otacílio Costa emancipou-se de Lages.

A outra grande fábrica de papel e celulose da região é a PCC – Papel e Celulose Catarinense S.A., fundada em 1968 na então vila de Correia Pinto, que também se emancipou de Lages em 1982. O processo foi idêntico ao da Olinkraft, com a atração de mão-de-obra, urbanização do entorno da fábrica e criação do município. Atualmente, com a compra da Igaras (antiga Olinkraft) pela Klabin⁷, essa empresa concentra toda a produção de papel e

⁷ A empresa Klabin foi fundada em 1899 em São Paulo e está no ramo de papel e celulose desde 1909. Atualmente é a maior fabricante de celulose, papel e produtos de papel da América Latina, possuindo filiais nos

celulose do Planalto Serrano. Assim, a Klabin controla as duas fábricas acima citadas, além de uma unidade situada em Lages.

Desde a percepção de que a demanda futura de madeira haveria de ser suprida apenas com florestas plantadas, a antiga Olinkraft implantou diversas áreas de reflorestamento. Nos dias de hoje cerca de 50% da área reflorestada de Otacílio Costa pertence à Klabin, de forma que a produção do insumo principal - a madeira - também não deixa maior espaço para o surgimento de uma rede de fornecedores. Apenas os tratamentos culturais de plantio e podas têm sido terceirizados, surgindo assim diversas empresas especializadas na prestação desses serviços.

Diferentemente das serrarias, que repassam seu produto (principalmente tábuas) para outras firmas que, por sua vez, agregam valor, fabricando móveis, aberturas ou artefatos diversos, as empresas de papel e celulose controlam todo o processo produtivo até a confecção dos produtos finais da cadeia (sacos, embalagens, ou papéis para diversos usos). Com isso não se tem a agregação de valor do produto por outra empresa dentro do mesmo território.

Um aspecto das indústrias de papel e celulose que permite uma maior integração com os demais ramos do setor madeireiro é a demanda pela madeira dos desbastes iniciais de reflorestamentos que produzem prioritariamente madeira em toras para serraria, e pelas partes das toras que não se prestam para o processamento efetuado pelas serrarias, por serem demasiadamente finas. Além disso, os plantios de *pinus* para papel e celulose da Klabin também fornecem madeira para empresas de desdobramento de madeira, visto que a madeira para serraria atinge valores muito mais altos, compensando a venda das toras de maior diâmetro.

O setor industrial de desdobramento de madeira e fabricação de artefatos de madeira, por sua vez, é composto por empresas de pequeno e médio porte. Segundo Hoff & Simioni (2005), as serrarias, que efetuam o desdobramento inicial das toras de madeira, transformando-as em tábuas, são as empresas predominantes na região, tanto em número de empresas (179 de 344 empresas que trabalham com madeira) quanto em volume de produção (52% do total). Em segundo lugar em número de empresas encontram-se as fábricas de móveis, com 91 empresas. Devido ao valor agregado de seus produtos, essas últimas representam uma valiosa inovação no interior do setor madeireiro da região.

O número das empresas, por porte e ramo de atividade, permite inferir que já existe nos dias de hoje uma grande diversificação de atividades ligadas ao setor madeireiro na região. Percebe-se um claro predomínio de empresas do ramo de desdobramento de madeira (serrarias), seguido de um número expressivo de empresas do ramo moveleiro, além de empresas produtoras de carvão, esquadrias, caixas e engradados e outros artefatos de madeira.

A diversidade de produtos industrializados que tem por base a madeira no Planalto Serrano contrasta, no entanto, com a sua incapacidade de promover círculos virtuosos de desenvolvimento da região, reduzindo os níveis elevados de pobreza (GEISER, 2006). Não se pode ainda afirmar que a cadeia produtiva aqui descrita se estrutura na forma de um Sistema Produtivo Local, visto que para que seja considerada como tal, mais do que apresentar proximidade física e interdependência entre as empresas participantes, as firmas devem agir de forma cooperada, obtendo vantagens devido ao tipo de relações sociais desenvolvidas.

estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Goiás, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, além de uma fábrica na Argentina. As áreas próprias de reflorestamento estão nos estados de São Paulo, Santa Catarina e Paraná.

3.1 Distribuição Espacial dos Empreendimentos e Emprego

Segundo relatório da AGESSERRA (2005), a região ainda não ocupa um maior espaço nos ramos de fabricação de móveis e demais artefatos de madeira em comparação a outras regiões no estado. Isso representa, ao mesmo tempo, um diagnóstico de fraqueza do setor e um alerta de oportunidades pouco aproveitadas, dado o seu potencial para essas atividades.

Em relação às empresas do ramo de desdobramento de madeira, fabricação de móveis e empresas do ramo de silvicultura, percebe-se pelos dados da Relação Anual de Informações Sociais, do Ministério do Trabalho (RAIS, 2003) que existem empresas desses ramos em todos os municípios da 27ª SDR (Tabela 5), porém com uma grande concentração, principalmente de serrarias, no município de Lages. Conforme visto, as empresas de papel e celulose apresentam-se muito mais concentradas com oferta de empregos basicamente em suas unidades em Lages, Otacílio Costa e Correia Pinto.

Tabela 5 – Número de empresas de base florestal nos municípios da 27ª. SDR

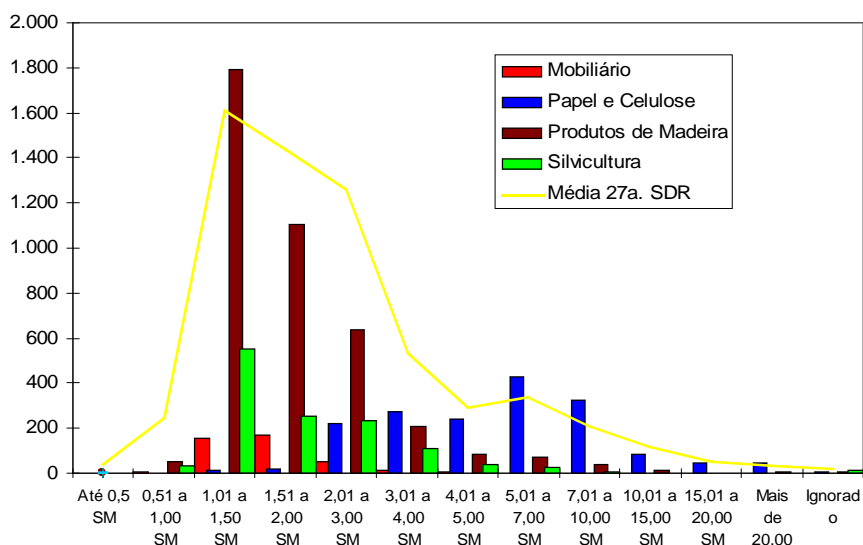
	Silvicultura e serviços relacionados	Fabricação de produtos de madeira	Fabricação de móveis e outros	Total
Anita Garibaldi	0	5	2	7
Bocaina do Sul	5	1	1	7
Capão Alto	1	5	0	6
C Belo do Sul	8	10	0	18
Cerro Negro	1	1	0	2
Correia Pinto	18	5	1	28
Lages	51	116	35	209
Otacílio Costa	17	15	6	39
Painel	1	1	0	2
Palmeira	2	3	0	5
SJ do Cerrito	12	5	0	17
TOTAL	116	167	45	340

Fonte: MTB-RAIS, 2003

A média dos salários das indústrias madeireiras da região serrana não difere muito da média dos salários de Santa Catarina, podendo se perceber pela Figura 3, a seguir, que o setor de papel e celulose oferece proporcionalmente mais empregos bem remunerados do que a média da região e da média catarinense. Isso não ocorre com as indústrias do ramo mobiliário e de desdobramento de madeira, cujos postos de trabalho apresentam uma remuneração abaixo da média do estado. Todavia, o setor de desdobramento de madeira como um todo oferece um número bastante superior de postos de trabalho.

Figura 3 – Número de trabalhadores com carteira assinada no setor de base florestal, por faixa de salário⁸ (SM = Salário Mínimo)

⁸ Para a construção dessa figura foi utilizada a Classificação Nacional das Atividades Econômicas - CNAE-95, com as divisões "Silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados" – Divisão 02, "Fabricação de produtos de madeira" – Divisão 20, "Fabricação de celulose, papel e produtos de papel" – Divisão 21, "Fabricação de móveis e indústrias diversas" – Divisão 32.



Fonte: MTB-RAIS, 2003

4. O SETOR DE BASE FLORESTAL E O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Conforme exposto, a cadeia produtiva do *pinus* representa hoje um importante conjunto de atores econômicos da região, com grande participação no PIB, empregos e oportunidades de negócios. Resta saber se a dinâmica gerada na região possibilita um modelo de desenvolvimento que, além de gerar riquezas, crie também condições para um desenvolvimento mais equitativo, distribuindo a renda e prosperidade geradas pelo crescimento econômico e possibilitando a valorização do ambiente natural, dos atributos culturais, levando, enfim, à promoção de um desenvolvimento mais justo para toda a população.

Quanto à caracterização do Planalto Serrano Catarinense como um território de desenvolvimento, pode-se dizer que, devido à sua construção, existe uma nítida identidade histórica no interior da região estudada, que a diferencia das demais regiões do estado. Essa particularidade é valorizada pela população local, que se identifica com a imagem do homem serrano.

Foram observados diversos outros fatores na região que são favoráveis à construção de um modelo de desenvolvimento territorial, como a existência de articulações intermunicipais, associações de produtores, cooperativas de crédito solidário, ONG ligadas à questão socioambiental, estrutura de ensino adequada às necessidades locais, entre outros. Porém, é necessário também analisar os entraves ao desenvolvimento, buscando explicar o porquê de não se observar maior dinamismo no desenvolvimento da região e, mais ainda, o porquê da persistente desigualdade social observada.

Não se pode dizer que a coesão e identidade histórico-cultural por si só venham a garantir a existência de um processo endógeno de desenvolvimento, que supere os problemas atualmente existentes e possibilite uma melhor qualidade de vida para seus habitantes. Segundo Cazella (2005), o próprio reconhecimento da diversidade de interesses, relações e percepções, que estão na origem do pensamento sobre o desenvolvimento territorial, contribui para explicar as exclusões, contradições e conflitos inerentes ao processo de desenvolvimento. Iniciativas formais que visam promover o desenvolvimento territorial, por si só, não solucionam o quadro de exclusão existente dentro do seio daquela sociedade. Ações

estruturais, como o acesso à terra por famílias de agricultores pobres, não compõem o leque de intervenções de iniciativas endógenas.

4.1 Os Entraves ao Desenvolvimento no Planalto Serrano

Conforme se pode perceber pela análise histórica, a região serrana sempre teve marcante o fato de possuir forte relação de dependência entre a minoria rica dos fazendeiros e a maioria da população, composta de caboclos peões, roceiros e outros. Essa relação foi substancialmente alterada com o surgimento do trabalho assalariado nas fábricas, porém manteve-se ainda a mentalidade clientelista, tanto entre os peões quanto entre os "patrões" locais, dificultando o surgimento do empreendedorismo não só de cunho econômico, mas sobretudo social.

Fert Neto (1993), quando analisa o clientelismo nas relações de trabalho na região, procura verificar como as relações clientelistas existentes desde o tempo das sesmarias persistem até os dias de hoje. O autor chama de clientelismo a relação desigual de troca de favores entre o "patrão" e o "cliente", onde o "bom patrão" oferece favores ao empregado, além do combinado contratualmente, e o "cliente", empregado subordinado, não pode retribuir à altura, por não dispor de meios, estando assim sempre em dívida com o "patrão". Assim, ele verifica a continuidade desse tipo de relação mesmo no caso da grande indústria de papel e celulose de Otacílio Costa (Klabin). O autor afirma que apenas houve uma migração do poder do fazendeiro para o da grande empresa, que passa a ser a detentora do meio de sustento dos empregados, agora transformados em operários, e que esta também se coloca como "bom patrão", já que outros benefícios são oferecidos, como presentes e assistência à família, caracterizando novamente a relação de dependência e de dívida do cliente para com o patrão.

É interessante notar ainda que, apesar de ter se verificado uma forte presença de relações do tipo clientelista em Otacílio Costa, que levariam a crer que as relações capitalistas são pouco desenvolvidas, esse município apresenta o maior índice de empreendedorismo do planalto serrano, com uma empresa para cada 23,79 habitantes. Também possui o segundo melhor IDH da região (0,804), que junto com Lages são os únicos municípios da 27ª SDR que estão dentro dos padrões considerados altos pelo PNUD. Ou seja, a renda gerada e, bem ou mal, distribuída pela Klabin no município possibilitou o surgimento de novos negócios com o conseqüente desenvolvimento social e econômico do município. Dado que a poupança interna é fator essencial para o desenvolvimento endógeno, pode-se concluir que a presença dessa grande empresa foi e está sendo, mais do que útil, essencial à promoção do desenvolvimento econômico senão da região, pelo menos do município onde está sediada.

Toda a diversificação na cadeia produtiva da madeira se dá no nível das indústrias, não havendo nos dias de hoje maior espaço para a agricultura fornecer produtos diferenciados à indústria, agregando valor no campo e abrindo postos de trabalho fora da área urbana. Resta saber se a ausência desse aspecto geraria conseqüências negativas para futuras perspectivas de desenvolvimento da região, lembrando que a opção pelo reflorestamento, além de alterar a paisagem, retira o homem do campo e ocupa uma área expressiva.

Dado que a industrialização do Planalto Serrano se deu de forma extremamente concentrada, com poucos núcleos industriais, parece inevitável que os municípios mais desfavorecidos da região continuem a padecer dos mesmos problemas de falta de oportunidades, se não for modificada a estrutura produtiva. Essa mudança vem ocorrendo, segundo Hoff & Simioni (2005), ainda que tardiamente, em Otacílio Costa, com a promoção de incentivos por parte do governo municipal, a partir do ano 2000, para atrair ao município novas indústrias do ramo madeireiro. Dessa forma espera-se criar nesse município um pólo

madeireiro completo, com indústrias dos diversos elos da cadeia produtiva e com uma produção mais variada e de maior valor agregado dos bens finais.

Hoff & Simioni (2005) colocam o desenvolvimento de ações típicas de um Sistema Produtivo Local como bastante incipiente. Aparentemente, já existem na região as condições para que se observe o desenvolvimento de um SPL, com uma concentração espacial de empresas, tradição no ramo madeireiro, mão-de-obra qualificada (em menor grau), facilidade na obtenção de matéria prima e outros recursos naturais necessários, além de suficientes vias de acesso. Para que se consolide um SPL do setor madeireiro na região, mais que mudanças no sistema produtivo, é necessário que ocorram mudanças sociais que estimulem os empresários a estabelecer parcerias em um ambiente de concorrência empresarial.

Apesar de Hoff & Simioni (2005) concluírem que as empresas do setor madeireiro não usufruem de maiores ganhos pela proximidade, devido ao comportamento excessivamente individualista que dificulta a formação de parcerias, e que ainda estão a ser desenvolvidas as vantagens típicas de um SPL, foram observados casos de parcerias e sub-contratações entre as pequenas empresas. Os requisitos básicos para que se desenvolva um Sistema Produtivo Local no Planalto Serrano estão bastante adiantados, mas ainda não consolidados.

O tradicional paradigma de desenvolvimento, que considera apenas a indústria como potencial de gerar desenvolvimento, confirma-se no caso estudado do setor madeireiro. Os municípios de Lages, Otacílio Costa e Correia Pinto, que são os que concentram a indústria do setor de base florestal no território, apresentam os melhores Índices de Desenvolvimento Humano da região. Os demais são responsáveis apenas pela oferta de terra para o reflorestamento com *pinus* e o exercício de atividades agropecuárias de baixa competitividade, estando todos esses municípios entre os 25% piores IDH do estado. Isso decorre do fato de que esse elo da cadeia é, dentro do setor de base florestal, o que tem menor potencial de gerar e, principalmente, distribuir renda para os municípios.

Os municípios não industrializados que vivem da pecuária, agricultura e do plantio de *pinus* não têm meios de romper o círculo vicioso da dependência econômica, já que não geram renda suficiente para garantir um bom padrão de vida para a população e, muito menos, para acumular poupança que alavanque a industrialização local. Dessa forma, a importância da cadeia produtiva do *pinus* como promotora do desenvolvimento se dá apenas nos municípios que sediam as indústrias. A intensidade do uso da terra para o plantio de *pinus* pode vir a ser prejudicial para esses pequenos municípios, já que áreas reflorestadas não demandam mão-de-obra residente no campo, intensificando assim o êxodo rural.

É importante lembrar que a industrialização de Correia Pinto e Otacílio Costa, com a introdução das duas grandes fábricas de papel e celulose, não foram fenômenos endógenos, mas iniciativas de atores externos ao território que preferiram investir no Planalto Serrano, em detrimento de outras regiões, pela abundância de madeira, água e mão-de-obra, não sendo, portanto, resultado da iniciativa e da capitalização dos agentes locais. Já os demais pequenos municípios rurais do território não têm maiores chances de ver surgir espontaneamente uma indústria realmente endógena, tanto pela característica histórica e cultural, quanto pela ausência de capital inicial e de uma empresa líder que sirva como "indústria motriz".

Como se pôde ver, a região, apesar de possuir um complexo de empresas do setor madeireiro, tradição no ramo e condições naturais adequadas ao desenvolvimento da indústria de base florestal, não desenvolveu esse conjunto de empresas no sentido de otimizar a estrutura produtiva, deixando de internalizar os ganhos possíveis decorrentes da proximidade geográfica.

5. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. O Capital Social dos Territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, n. 2, V.4, Abril/Junho 2000, p. 379-397.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA SERRA CATARINENSE-AGESSERRA, **Desenvolvimento Tecnológico Regional**. Florianópolis, 2005.

BAGNASCO, Arnaldo, La Función de las Ciudades em el Desarrollo Rural: La Experiencia Italiana. **Revista Políticas Agrícolas**, número especial, 1998.

BATALHA, Mário Otávio & SILVA, Andrea Lago da. Gerenciamento de Sistemas Agroindustriais: definições e correntes metodológicas. In: BATALHA, **Gestão Agroindustrial**. São Paulo, Atlas, 2001.

CAZELLA, Ademir Antonio. **Vantagens diferenciadoras e mediação de conflitos: desafios das políticas de desenvolvimento territorial**. Brasília, MDA/SDT, 2005.

FERT NETO, João. **O Clientelismo nas Relações de Trabalho Capitalistas**. 1993 Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

FURTADO, Celso. **Introdução ao Desenvolvimento: Enfoque Histórico-cultural**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GEISER, Gustavo Caminoto. **O pólo madeireiro e suas implicações no desenvolvimento da região dos Campos de Lages, Santa Catarina**. 2006. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas), Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação Econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

GUEDES, Asdrúbal. **Lages: história, atualidades, símbolos**. Lages: Muller, 1979.

HOFF, Débora Nayar & SIMIONI, Flávio José. **O setor de Base Florestal na Serra Catarinense**. Lages: UNIPLAC, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 1995/1996**. disponível em: www.ibge.gov.br.

JESUS, Samir Ribeiro de. **Formação do trabalhador catarinense: o caso do caboclo do Planalto Serrano**. 1991. Dissertação (Mestrado em História), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

PNUD, **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**, 2003, CD-ROM.

PORTER, Michael E. **A Vantagem Competitiva das Nações**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, **Relação Anual de Informações Sociais-Rais**, Rio de Janeiro, 2003, CD-ROM.

RAUD, Cécile. **Indústria, Território e Meio Ambiente no Brasil: Perspectivas da industrialização descentralizada a partir da análise catarinense**. Florianópolis-Blumenau: UFSC-FURB, 1999.



XLV Congresso da Sociedade
Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural.
22 a 25 de julho de 2007, UEL - Londrina - PR

XLV CONGRESSO DA SOBER

"Conhecimentos para Agricultura do Futuro"

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SHUMPETER, Joseph Alois. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural (série Os Economistas), 1982.

VEIGA, José Eli da, *et alli*. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília, FIPE-IICA (MDA-CNDRS/NEAD), 2001.

VEIGA, José Eli da. **Variações espaciais de empreendedorismo no Brasil Rural**. São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/zeeli/>.